

**JORNAL O TEMPO, A CONSTRUÇÃO ANTICOMUNISTA E O
MASSACRE DA LINHA DO PARQUE: RIO GRANDE, 1950**

**O TEMPO NEWSPAPER, ANTI-COMMUNIST CONSTRUCTION
AND THE MASSACRE OF THE PARK LINE: RIO GRANDE, 1950**

**PERIÓDICO EL TIEMPO, CONSTRUCCIÓN ANTICOMUNISTA Y
MASACRE DEL PARQUE LÍNEA: RIO GRANDE, 1950**

Lênin Pereira Landgraf¹

Resumo

O presente artigo pretende, de forma breve, discutir a construção anticomunista através do jornal *O Tempo*, na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Os anos anteriores a 1950 foram de grande turbulência entre os movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras e os órgãos segurança e repressão em Rio Grande, toda essa tensão viria a culminar no Massacre da Linha do Parque, no dia primeiro de maio de 1950. O jornal *O Tempo*, fundado em 1906, ajudou na construção do sentimento anticomunista na cidade e contribuiu para toda a tensão existente.

Palavras-chave: Anticomunismo; Imprensa; Massacre da Linha do Parque; Sindicatos.

Abstract

This article intends, briefly, to discuss the anti-communist construction through the newspaper *O Tempo*, in the city of Rio Grande, in Rio Grande do Sul. The years before 1950 were of great turbulence between the workers' movements and the security and repression organs in Rio Grande, all this tension would culminate in the Park Line Massacre, on May 1, 1950. The newspaper *O Tempo*, founded in 1906, helped the construction of an anti-communist sentiment in the city and contributed to the existing tension.

Keywords: Anti-communism; Press; Park Line Massacre; Unions

Resumen

Este artículo pretende, brevemente, discutir la construcción anticomunista a través del diario *O Tempo*, en la ciudad de Rio Grande, en Rio Grande do Sul. Los años anteriores a 1950 fueron de gran turbulencia entre los movimientos obreros y los órganos. seguridad y represión en Río Grande, toda esta tensión culminaría en la Masacre de Linha do Parque, el 1 de mayo de 1950. El periódico *O Tempo*, fundado en 1906, ayudó a construir el sentimiento anticomunista en la ciudad y contribuyó a que tensión existente.

¹ Mestre pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Introdução

Com o fim da escravidão e a chegada do século XX o foco da luta de classes no Brasil mudou, agora entre trabalhadores e patrões, não mais girando em torno da escravidão. A alta do custo de vida e as jornadas desumanas de trabalho foram fatores extremamente presentes no dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras. No início do século XX “Trabalhava-se muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal. As descrições dos locais de moradia dos trabalhadores no início do século conduzem-nos a realidades miseráveis, insalubres e superpovoadas.” (MATOS, 2009, p. 43) Os trabalhadores precisavam, então, de formas de luta para sobreviver, buscar direitos e reivindicar um espaço, de fato, na sociedade. Coube então aos sindicatos preencher essa lacuna, representando os trabalhadores e construindo uma identidade de classe. Para Marcelo Badaró Matos:

Talvez a manifestação política mais organizada dos trabalhadores no período partisse justamente dos sindicatos, que, embora não se constituíssem em instrumentos de intervenção eleitoral, eram os porta-vozes mais nítidos das propostas de mobilização, reivindicação e transformação social. Nada mais eminentemente político que a prática sindical. (MATOS, 2009, p. 45)

O surgimento dessas primeiras organizações sindicais foi palco de disputa entre diversas correntes, mas foram os sindicalistas revolucionários, conhecidos mais tarde como anarco-sindicalistas, que passaram a liderar o movimento sindical brasileiro na sua primeira fase. Os sindicalistas revolucionários tinham como prática a ação direta, representada principalmente pelo instrumento da greve. Apostavam firme também nos jornais e palestras como forma de mobilizar os operários, condenando as práticas das escolas tradicionais e da Igreja. (MATOS, 2009, p. 48/49). Entretanto “A conjuntura do início dos anos de 1920 marcaria o declínio anarquista. Para isso, foi decisiva a repressão do Estado, fechando entidades e jornais de trabalhadores; prendendo e exilando lideranças e investindo na propaganda anti-sindicato.” (MATOS, 2009, p. 49). Leve-se em conta ainda que, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, os anarquistas passaram a enfrentar oposições comunistas em suas bases sindicais. Os comunistas apostavam nos sindicatos como forma de aglutinar forças e propagandear seus ideais para os trabalhadores. Já no final da década de 1920 os comunistas alcançaram ampla maioria nas direções dos principais sindicatos brasileiros, fundando em 1929 a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB).

Uma questão interessante a ser levantada é que, com o passar das décadas, os sindicatos que foram grande referência de luta e organização dos trabalhadores passaram a ser encarados novamente como apenas organizações assistenciais. Celso Frederico (1978) aponta que ampla maioria das sindicalizações só aconteceram, no momento daquele estudo, devido as assistências que o sindicato prestava, como plano de saúde e jurídico. (FREDERICO, 1978, p. 60). Isso escancara uma fragilidade das organizações dos trabalhadores, a grande dificuldade de aglutinar forças com a sua categoria, esse desafio é encarado até hoje. A sindicalização apenas por assistencialismo leva aos patrões a oferecer esse tipo de ajuda aos funcionários, afastando-os de vez do sindicato. Celso Frederico pontua ainda que: “[...] observamos que a fábrica atua no sentido de afastar os operários do sindicato. Os convênios firmados pela “F”, com médicos e hospitais particulares esvaziaram a principal função desempenhada pelo sindicato” (FREDERICO, 1978, p. 61). Quando questionados sobre a sindicalização, os trabalhadores respondem da seguinte forma: “Não existe motivo, a fábrica já da assistência” ou ainda “pra mim aquilo lá não resolve nada, o sindicato já foi bom” (FREDERICO, 1978, p. 61).

A organização dos trabalhadores, ou do “rebanho assustado”, termo de Noam Chomsky, já citado anteriormente, incomoda profundamente o regime vigente. A possibilidade de que essa parte da sociedade se organize e participe ativamente das decisões do Estado, não apenas durante as eleições, é terrivelmente assustadora para a camada de cima. Com essa possibilidade em pauta são intensificados os meios de repressão e de manipulação da opinião pública. (CHOMSKY, 2003, p. 21).

Com os trabalhadores organizados e a vitória da Revolução Russa de 1917, os patrões e grandes capitalistas passaram a temer, ainda mais, a ideologia comunista. Com medo de que a grande desigualdade social e as péssimas condições de trabalho levassem a uma ruptura do sistema, com tendência comunista, o anticomunismo passa a ser um grande aliado.

A construção anticomunista

Paralelamente ao surgimento dos primeiros sindicatos no país, chegava também, em 1917, em decorrência da Revolução Russa, com modelo importado das grandes

potências capitalistas, o anticomunismo. Sentindo-se ameaçados com a vitória comunista na Rússia e com o caos instalado no pós Primeira Guerra Mundial, os grandes países capitalistas passaram a encampar uma grande propaganda anticomunista, ainda nesse sentido “Não causa surpresa nenhuma que as elites brasileiras, habituadas a importar tudo dos países centrais, de artigos de consumo a ideias, tenham sido caudatárias também em relação ao anticomunismo.” (MOTTA, 2000, p. 16).

A perseguição a sindicatos e movimentos de esquerda no Brasil foi constante e até “tradicional” durante um longo período. Em 1927, durante o governo Washington Luís, o então deputado Aníbal de Toledo, preocupado com a crescente movimentação do PCB junto aos trabalhadores, apresentou ao congresso a “Lei Celerada”, com referências a legislação ainda do século XIX, visava combater os chamados “delitos ideológicos”, criminalizando a incitação de trabalhadores contra patrões. A lei previa também o fechamento, por tempo indeterminado, de instituições que por ventura ameaçassem a ordem e ao governo, obviamente tais instituições foram os sindicatos e agremiações de trabalhadores, sendo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) posto na ilegalidade.

Os comunistas, movimentos sociais e sindicais que já enfrentavam tal perseguição política desde o início do século, viram um exponencial crescimento do anticomunismo durante a ditadura de Getúlio Vargas e, principalmente, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o fenômeno da Guerra Fria. Nesse contexto, o governo dos Estados Unidos passou a disseminar a ideia de combate ao avanço do espectro comunista e um possível expansionismo da União Soviética (URSS). A propagação do sentimento anticomunista justificou a intervenção norte-americana em prol de seus interesses, direta ou indiretamente, em diversos países, principalmente na América Latina, onde a potência capitalista pretendia manter sua hegemonia. Nesse sentido, Munhoz afirma:

No imediato pós-guerra, o inimigo não mais era representado pelos antigos regimes autoritários de tendência nazifascista, mas pelos governos reformistas ou pelos movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem a redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente. Assim, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas. (MUNHOZ, 2003, p. 2)

A derrubada da República Velha e a instauração do novo governo, levaram Getúlio e seu governo a encarar o comunismo e seus adeptos como um problema interno. A Intentona Comunista de 1935, serviu também como exemplo para as novas propagandas anticomunistas disseminadas por todo país, além disso:

A “Intentona” deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo. (MOTTA, 2000, p. 18)

O anticomunismo no Brasil seguiu seu alinhamento com os Estados Unidos, tendo, inclusive, a polícia brasileira sido orientada pelos serviços especializados norte-americanos. (MOTTA, 2000, p. 17). A perseguição a um “inimigo em comum” é, corriqueiramente, utilizada para esconder da população os reais problemas do país, como desemprego, carestia de vida, fome, etc. Essa lógica encaixa-se na realidade mundial e brasileira no que diz respeito à perseguição contra os comunistas, além, é claro, do medo real das elites capitalistas de perderem o controle sob os trabalhadores, nesse sentido “Você amedronta, aterroriza e intimida a população para que ela se encolha de medo e fique acovardada demais para sair do lugar.” (CHOMSKY, 2003, p. 39)

Com o fim da ditadura Vargas, a esperança de uma abertura política chegou a florescer, entretanto, pouco durou. Eurico Gaspar Dutra (1946 - 1951), sucessor eleito de Getúlio Vargas, deu continuidade a repressão e perseguição aos sindicatos e movimentos dos trabalhadores, com ênfase no anticomunismo. Os trabalhadores que no início de 1946 passaram a se mobilizar contra a carestia de vida, logo veriam que o governo não permitiria o crescimento dos movimentos sociais, principalmente os que se movimentavam nas ruas. Segundo Munhoz:

As expectativas de democratização do país sofreram duros golpes desde os primeiros momentos do governo Dutra. Objetivando o controle dos movimentos sociais, que se encontravam em um amplo processo de expansão desde o final da ditadura Vargas, já nos

primeiros meses o governo eleito desencadeou uma intensa repressão político-social. (MUNHOZ, 2003, p. 2)

A ofensiva de Dutra contra as entidades políticas e sindicais contrárias ao seu governo foi colocada em prática, principalmente, através de decretos. O Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946², buscou reprimir e impedir greves. Já o Decreto nº 23.046, de 7 de maio de 1947³, suspendeu o funcionamento da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que crescia exponencialmente nesse período, atingindo bons resultados eleitorais e, ganhando a confiança de parte da população, também foi posto, mais uma vez, na ilegalidade. A perseguição contra os comunistas estendeu-se até os associados dos sindicatos que estavam sob intervenção do governo, sendo centenas de trabalhadores excluídos dos quadros sociais das entidades sindicais após acusações de ligação com os comunistas. (MUNHOZ, 2003, p. 3,4.) O governo Dutra proibiu ainda, em 1946, toda e qualquer manifestação de rua em alusão ao dia primeiro de maio. No mesmo ano, um comício convocado pelo PCB no Rio de Janeiro foi duramente reprimido, deixando um morto. (RODEGHERO, 2007, p. 196).

O sentimento anticomunista também chegou com força ao Rio Grande do Sul, inclusive através de organizações ligadas a Igreja Católica. A instituição emitiu nota (07/08/1945), escrita por seus bispos, intitulada *Carta Coletiva sobre o Comunismo*. (RODEGHERO, 2007, p. 189). Também foi proibida a realização de um comício organizado pelo PCB em Porto Alegre. Para isso, as autoridades justificaram a proibição devido ao grande número de greves que estavam acontecendo em todo o estado, sendo um comício comunista usado como mais um motivo para mais desestabilização e agitação. Na noite anterior ao evento trinta militantes do partido foram presos. (RODEGHERO, 2007, p. 192, 193).

A partir de 1945, com o fim da ditadura Vargas, a redemocratização foi pauta no país, entretanto, diversos mecanismos do antigo regime permaneceram ativos, sendo “[...] a mais significativa herança da ditadura a manter-se no período democrático, impondo sérios limites a ele, foi a estrutura sindical” (MATOS, 2009, p. 77). O PCB,

² BRASIL. Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 15 março 1946. Seção 1, p. 3829.

³ BRASIL. Decreto nº 23.046, de 7 de maio de 1947. Suspende o funcionamento em todo o Território Nacional da "Confederação dos Trabalhadores do Brasil". Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 7 maio 1947. Seção 1, p. 6253.

legalizado, obteve significantes avanços em números de filiados e de votos nas eleições, o partido buscou ainda apoio de fora das suas fileiras para fundar o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), com o objetivo de organizar a classe trabalhadora. Mesmo com limites, entre 1945 e 1946 foram criados mais de 900 sindicatos em todo país. Também em 1946 é fundada a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), buscando a independência dos sindicatos junto ao Ministério do Trabalho. (MATOS, 2009, p. 79/80). Porém, a esperança da redemocratização pouco durou, tendo o governo de Eurico Gaspar Dutra intensificado a repressão entre 1947 e 1950, ano do Massacre em Rio Grande.

Jornal O Tempo, anticomunismo e o Massacre da Linha do Parque

É nesse contexto que se encontram as edições aqui analisadas do jornal *O Tempo*, fundado em 1906 na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Sobre a imprensa rio-grandina do século XIX e XX e ainda sobre *O Tempo*, Francisco das Neves Alves (2017) aponta que:

Ao longo do século XIX e das primeiras décadas da centúria seguinte, a imprensa rio-grandina foi uma das mais importantes no contexto sul-rio-grandense. [...] Nesse contexto, por muito tempo foi praticado um jornalismo de ponta na urbe litorânea, circulando vários periódicos diários, além de caricatos, literários e representantes de determinados segmentos socioeconômicos. [...] Nesse sentido, em 1937, *O Tempo* era um dos periódicos mais perenes publicados no Rio Grande. (ALVES, 2017, p. 35, 36)

O autor, que analisou as publicações veiculadas no jornal durante o período da instauração do Estado Novo, pontua ainda que:

Ele [*O Tempo*] fora fundado em 1906, permanecendo desde então sob a propriedade de Alípio Cadaval [...]. Ao longo de sua existência o jornal teve diferentes etapas, em algumas delas, chegou a apresentar certas aproximações e/ou filiações político partidárias, e, em outras, preferiu apresentar uma proposta essencialmente informativa. (ALVES, 2017, p. 36)

O periódico, que apoiou o golpe do Estado Novo e enaltecia a figura de Getúlio Vargas, já alinhava-se com o discurso anticomunista desde então, exemplo disso é a matéria publicada em dezembro de 1937, que alertava para o risco da exposição das crianças a ideologia comunista. (ALVES, 2017, p. 49). O ano de 1950 foi escolhido pela força que a Guerra Fria atingia naquele momento e, principalmente, pelos acontecimentos de maio daquele ano na cidade do Rio Grande, que serão tratados mais adiante.

Em 1950 o jornal estava sob propriedade e direção de Saul Porto “*autointitulado trabalhista, mas que afirma independência em relação ao jornal*” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 130). O autor Mário San Segundo (2009) analisou as edições do periódico do final da década de 1940 e início da de 1950, chegando a conclusão que:

Do ponto de vista partidário (o jornal) não é abertamente o órgão de imprensa oficial do PTB, mas do ponto de vista ideológico age como se fosse; e não há dúvidas: era orientado diretamente para uma visão de mundo trabalhista, que estava em construção naquele momento. Em suas páginas, era normal lerem-se textos que buscavam orientar a ação dos militantes do PTB e dos governos trabalhistas. (SAN SEGUNDO, 2009, p. 130)

É importante frisar aqui que o anticomunismo expressado no jornal *O Tempo* difere-se do sentimento anticomunista propagado em outros periódicos. O jornal com orientação trabalhista buscava combater os comunistas, mas ao mesmo tempo aproximar-se dos trabalhadores, o combate ao comunismo abriria espaço para os trabalhistas entre os operários. Já outros periódicos do mesmo período combatiam o comunismo, pois enxergavam nele um possível agente de mudança na sociedade brasileira. (SAN SEGUNDO, 2009, p. 131).

No ano de 1950 o Brasil estava sob o comando do presidente Eurico Gaspar Dutra, que deu continuidade a política repressiva e anticomunista de Getúlio Vargas. Em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, uma cidade com ampla presença operária, a mais antiga organização sindical, a Sociedade União Operária (SUO), fundada no final do século XIX, encontrava-se fechada no referido ano por ordem do governo, desagradando os sindicalistas e parte dos trabalhadores locais. As vésperas do dia primeiro de maio de 1950, dia internacional dos trabalhadores e trabalhadoras, diversas

entidades sindicais da cidade convocaram uma festa em alusão a data. A festa contou com cerca de duas mil pessoas, tendo atrações musicais, culturais e churrasco. Ao final das atrações parte dos trabalhadores saíram em protesto em direção ao centro da cidade por uma das principais ruas do município (conhecida como linha do parque devido a uma linha de bonde que ali passava), o objetivo era chegar até a sede da SUO, exigindo sua reabertura, entretanto, pouco depois de ter início, o protesto foi interceptado pela polícia e após a ordem policial para encerrar a manifestação uma confusão tem início. O saldo do confronto foi de cinco pessoas mortas, quatro manifestantes e um policial, além de diversos feridos. Os mortos foram: Euclides Pinto (pedreiro), Angelina Gonçalves (tecelã), Honório Alves de Couto (portuário), Osvaldino Corrêa (ferroviário) e Francisco Reis (soldado da Brigada Militar).

A repercussão do Massacre nas páginas do jornal *O Tempo* tem muito a dizer sobre o anticomunismo disseminado por ele. Ao noticiar os acontecimentos do dia primeiro de maio o jornal deixa claro seu posicionamento, contrário aos manifestantes e com objetivo de perseguir os comunistas locais. A capa do periódico publicada após o Massacre traz a seguinte manchete “Sob o comando do comunista Antonio Réchia, um grupo de vermelhos pretendeu marchar para a União Operária, afim de retoma-la. Morto um brigada pelos comunistas a polícia revidou a agressão[...]” (*O Tempo*, 03/05/1950, capa). A reportagem segue atacando os manifestantes e atribui a responsabilidade do início do confronto aos manifestantes:

O Dr. Evaldo Miranda, Delegado da Ordem Política Social, dirigiu-se ao vereador Rechia, apelando para que não continuasse a marcha, pois a polícia, sob forma alguma consentiria que eles entrassem na cidade, e quando conversavam amigavelmente, eis que um comunista Avelino de tal, agride o Dr. Evaldo Miranda e em seguida, mata o soldado Reis e fere o Tenente Gonçalino. Foi neste momento, que a polícia composta dos inspetores: Renan, Calvete, Sadi, Santanna e Gifoni, com duas praças da Brigada e o Tenente Gonçalino, resolveram enfrentar os vermelhos, travando-se assim forte combate, do qual resultou a morte de cinco homens e diversos feridos (*O Tempo*, Rio Grande, 03/05/1950, capa.)

Ainda nesta edição a reportagem exalta a ação das forças militares em Rio Grande “Desde o primeiro tiro que provocou tão grave situação, que as nossas forças armadas de mar e terra, tomaram todas as providências para assegurar a ordem, o que

conseguiram de forma brilhante” (O Tempo, Rio Grande, 03/05/1950, capa). Os acontecimentos acabaram de fato mobilizando as forças armadas na cidade, sendo destacados soldados para guardar os principais prédios da cidade e, principalmente, os hospitais onde se encontravam os feridos. Nas edições posteriores a exaltação do soldado morto no Massacre continua: “E o bravo brigadiano Reis, a primeira vítima da sanha vermelha, homem cumpridor de seus deveres e chefe de numerosa prole, caiu também morto e cobriu seu lar de luto[...]”. (O Tempo, Rio Grande, 04/05/1950, capa).

Na edição do dia 04 de maio o jornal dedica boa parte de sua capa a um texto responsabilizando os dirigentes comunistas pelas mortes ocorridas durante a manifestação, para o jornal nenhuma das famílias dos mortos estaria passando pelo luto se não fosse a ação comunista em Rio Grande:

E assim Euclides Pinto, oficial de pedreiro, dominado pelas ideias políticas, entregou-se a luta, e no meio ao turbilhão, caiu morto, deixando a chorar 9 filhos e uma esposa, tudo isso, por ter colocado acima da sua própria família os seus ideias políticos, isso influenciado por senhores ambiciosos, que jogam as massas a luta e eles, escondem-se, comodamente em seus escritórios. (*O Tempo*, Rio Grande, 04/05/1950, capa)

Outro momento no qual fica perceptível a parcialidade do periódico é ao abrir espaço apenas para as declarações dos policiais. Os repórteres se dirigiram até o hospital onde se encontrava o Tenente Gonçalino, presente durante o confronto e que se encontrava hospitalizado após ser ferido. A versão do policial na reportagem é de que os manifestantes começaram o confronto e declara que “*Infelizmente* estávamos sem munição pois assim reagiríamos a altura. Perto de 200 tiros foram disparados contra nós” (O Tempo, Rio Grande, 04/05/1950, p. 03). A declaração do Tenente Gonçalino, afirmando que não portavam munição, não se sustenta, basta olhar para o saldo do confronto, deixando 4 mortos e diversos feridos no lado dos manifestantes.

Ao tratar do sepultamento dos mortos mais uma vez o jornal assume uma postura favorável aos policiais, menosprezando o cortejo dos manifestantes assassinados:

Realizou-se com muita ordem, o sepultamento das vítimas da passeata comunista. Conforme já previsto, teve lugar ontem o ato do sepultamento das quatro primeiras vítimas da passeata comunista do

dia 1º de maio o que foi feito com muita ordem e pouquíssimo comparecimento. (*O Tempo*, Rio Grande, 03/05/1950, p. 04)

Já ao tratar do sepultamento do policial assassinado o jornal mais uma vez o trata como mártir e vítima de um golpe comunista contra a comunidade de Rio Grande:

Com grande acompanhamento realizou-se ontem, às 16h, o sepultamento do soldado Francisco Reis, a primeira vítima da sanha comunista que caiu bravamente na defesa dos interesses da sociedade. O corpo do malogrado soldado, foi conduzido primeiramente até a Matriz de São Pedro, onde foi encomendado, e depois foi dado à sepultura. Compareceram ao sepultamento as principais autoridades e grande quantidade de povo, todos irmanados no mesmo sentimento de profunda dor, pelo golpe que os comunistas desferiram na sociedade rio-grandense, manchando com sangue rubro das suas ambições contra os interesses da nossa pátria e da democracia. (*O Tempo*, Rio Grande, 03/05/1950)

Conclusão

A partir do exposto, fica-se evidente que o jornal *O Tempo*, de fato, ajudou a inflar o discurso anticomunista na cidade de Rio Grande. E, entretanto, o periódico, por ter fortes ligações com os trabalhistas, enxergava nos comunistas não apenas um inimigo na concepção de mundo, mas também uma corrente que disputava a consciência e o controle das organizações dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que atacava os comunistas, também abria espaço para as reclamações da população, posicionando-se majoritariamente ao lado do povo.

A construção do discurso anticomunista pelo *O Tempo* foi constante durante todo o mês de janeiro, contribuindo para a tensão na cidade entre algumas organizações dos trabalhadores e as autoridades policiais e população em geral, tal tensão viria a culminar, em maio, no Massacre da Linha do Parque. Os ataques aos comunistas locais e a repercussão de notícias negativas sobre a URSS certamente contribuíram para o fortalecimento do anticomunismo na cidade.

Referências Bibliográficas

- ALVES, F. N. *A instauração do Estado Novo na e a imprensa rio-grandina: o caso do jornal O Tempo*. In: Francisco das Neves Alves. (Org.). *O Estado Novo no Rio Grande do Sul e outros ensaios*. 1ed. Lisboa / Rio Grande: Cátedra Infante D.
- CHOMSKY, Noam. *Controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda*. Tradução Antônio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.
- FREDERICO, Celso. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1978.
- MATOS, Marcelo B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo. 2000.
- MUNHOZ, Sidnei J. *A guerra fria no Brasil: Repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito*. ANPUH XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945 – 1947*. MÉTIS: história & cultura – v. 5, n. 10, p. 179-202, jul./dez. 2006.
- SAN SEGUNDO, Mário. *Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952*. Porto Alegre: 2009.